

Conclat quer mudanças na sociedade

Sem a transformação da sociedade brasileira não haverá transformação na política nacional de saúde. Esta é a conclusão a que chegaram os delegados da Conclat (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora) em documento apresentado ontem na 8ª Conferência Nacional de Saúde.

A moratória da dívida externa, assunto praticamente encerrado no Brasil, é a primeira condição apontada pela Conclat para a transformação da sociedade. Sem a "declaração da moratória, unilateral e soberana", não haverá o estabelecimento de uma política econômica independente, diz a nota.

As outras condições para a democratização definitiva do País são: aplicação imediata do plano de reforma agrária e sua ampliação; melhoria das condições de trabalho e redução da jornada para 40 horas semanais; política salarial que atenda plenamente às necessidades dos trabalhadores; uma consti-

tuição moderna, democrática e progressista; pleno direito de greve; liberdade e autonomia sindical.

Especificamente na área de saúde, a Conclat acha que o primeiro passo para a reformulação do sistema, é o que todo mundo que participa da 8ª conferência também acha: "A saúde é o direito de todo cidadão e dever do Estado". As outras propostas também são as mesmas: estabelecimento do sistema único de saúde, integrando ações preventivas e curativas; definição de uma política clara de fortalecimento e desenvolvimento dos serviços públicos de saúde, com ampliação da capacidade instalada e melhoria de serviços.

A Conclat atenta também para o perigo da mercantilização da medicina, pedindo a exclusão das formas discriminatórias da força de trabalho, como a medicina de grupo. Sugere que a reorganização do financiamento do sistema de saúde

se dê em duas etapas, uma de imediato, viabilizando a expansão das AIS (Ações Integradas de Saúde) e outra a longo prazo, com a reformulação da política tributária e a estrutura de financiamento das políticas sociais e da saúde em particular.

Pede a redução progressiva dos recursos previdenciários destinados à assistência médica, substituindo-os por verbas orçamentárias da União. As contribuições previdenciárias, no entendimento dos delegados da Central de Trabalhadores, devem destinar-se exclusivamente ao seguro social.

De novidade, a Conclat sugere a proibição da propaganda na área do comércio de drogas; o controle rigoroso das indústrias estrangeiras na produção de medicamentos, materiais e remédios, bem como na comercialização e uso de medicamentos; o desenvolvimento da indústria estatal e nacional de equipamentos de saúde e o fortalecimento da CEME.